

# ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE ASCENSÃO SOCIOECONÔMICA PARA MULHERES NO TERRITÓRIO DO SISAL NA BAHIA.

Ozileide Matos Moreira<sup>1</sup>; Ricardo Cunha da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O texto consiste em uma revisão da literatura acerca da Economia Popular Solidária frente à acumulação flexível e a crise do emprego no mercado produtivo capitalista. Aborda também a perspectiva de gênero e a inserção da mulher em atividades da economia popular e solidária no Território do Sisal, na Bahia, diante da sua participação em iniciativas populares que geram de trabalho e renda. Para atender à proposta do estudo foi realizada uma revisão bibliográfica. Segundo a literatura a EPS tem se mostrado uma oportunidade de superação do desemprego e da exclusão social, sobretudo para as mulheres de regiões com baixo dinamismo social e econômico. No entanto, por estarem pautados em princípios de autogestão, democracia e igualdade a EPS, ainda deixa muito a desejar em relação à inserção da mulher com condições que superem a divisão sexual do trabalho, embora alguns passos importantes já tenham sido dados.

**Palavras-chave:** mulheres; economia popular e solidária; território do sisal.

## 1 INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero são aspectos marcantes da sociedade brasileira, que apesar de décadas de lutas dos movimentos de mulheres, não alcança conformidade com políticas para promover equidade de gênero. O investimento em políticas sociais tem ficado aquém do esperado ou necessário, pois para elas são destinados papéis secundários em agendas do governo cujas pautas priorizam interesses econômicos e de mercado.

Até a segunda metade do século XX as ações do poder público em relação à promoção da cidadania feminina eram restritas, às áreas de educação, saúde, nutrição, planejamento familiar e economia doméstica, compatíveis com os papéis de mãe e esposa desempenhados por elas. Apenas na década de 1960, a participação das mulheres na esfera privada e sua contribuição econômica passam a ser levadas em

---

1Geógrafa, mestranda junto ao programa de pós-graduação em planejamento territorial – Mestrado profissional PLANTEERR da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. [ozileidem@gmail.com](mailto:ozileidem@gmail.com)

2 Graduando de Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. [ricardocunha2011@live.com](mailto:ricardocunha2011@live.com)

consideração, justo quando o viés econômico e o ideário desenvolvimentista estavam em alta. A partir de então são criadas ações afirmativas ou compensatórias (oportunidades de educação e emprego), que visavam superar as desvantagens das mulheres e corrigir desigualdades entre os sexos. (PRÁ, 2010).

A Constituição de 1988 é o principal marco da luta pela igualdade de direitos das mulheres no Brasil, ao definir a ampliação da participação popular na formulação de políticas públicas. No mesmo contexto, em 1995, registra-se a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Em resposta à ação inovadora de Organizações Não Governamentais (ONGs), fóruns e redes da sociedade organizada, o Estado incorpora a transversalidade de gênero em seus Programas Plurianuais e inclui a temática nas pastas do Governo. Em 2002 destaca-se a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), que foi transferida para a esfera da Presidência da República e transformada em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003. (PRÁ, 2010).

No tocante ao mercado de trabalho, o Brasil ainda apresenta muitos mecanismos discriminatórios contra a mulher, que ainda levarão décadas para serem superados. Perante as relações desiguais de gênero, ainda bastante preservadas na zona rural e especialmente na região nordeste, a inserção da mulher em ações coletivas de cunho público e político possui algumas limitações.

Diante dessa realidade, a economia popular e solidária tem se mostrado uma resposta importante para a geração de trabalho e renda para mulheres a partir da combinação de princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, por meio da produção de mercadorias que valorizam os saberes e a matéria-prima regional. Para facilitar e incentivar a organização, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) disponibiliza apoio técnico para a articulação dos empreendimentos de economia popular e solidária, tocados por mulheres em Feira de Santana e em mais 17 municípios do interior da Bahia que desenvolvem esse tipo de atividade.

Frente ao cenário de desemprego e subemprego que se encontra em vários estados brasileiros, tem aumentado significativamente o número de organizações da sociedade civil que se articulam em prol do desenvolvimento de atividades econômicas de cunho coletivo que geram autonomia e renda para seus participantes. Alguns recortes territoriais possuem maior mobilidade socioeconômica, outros, apesar de esforços, ainda apresentam altos índices de pobreza, exclusão social e baixo dinamismo econômico, que limitariam o protagonismo socioeconômico da mulher.

No Território de Identidade do Sisal atuam a Rede de Produtoras da Bahia (RPB), que a partir da Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE) conta com empreendimentos solidários formados exclusivamente por mulheres e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), entidade de auto-organização de mulheres, que tem se constituído num espaço de luta e representação política das mulheres rurais. A experiência da economia popular e solidária a partir do estímulo e organização dessas entidades tem se revelado como uma possibilidade acesso a trabalho e fortalecimento econômico familiar.

A escassez de água, de trabalho, de educação com qualidade e de segurança alimentar são alguns dos problemas presentes nos caminhos que as mulheres do semiárido percorrem. Para superar essas dificuldades, as mulheres se articularam desde o final da década de 1990 em organizações como a RPB e o MMTR. A estratégia em busca de autonomia financeira, a partir do desenvolvimento da economia popular e solidária é mais recente, a partir dos anos 2000, consolidada em 2007 pela COOPEREDE. Esses espaços possibilitam articulações onde as demandas das participantes são pautadas visando à melhoria das condições de vida, autonomia, autoestima, espaço e direitos.

O debate sobre a participação de mulheres na economia popular e solidária ainda é incipiente diante da grande contribuição e participação das mulheres nesse modelo econômico. Essa situação de invisibilidade em relação às demandas de gênero e as novas relações de trabalho que visam amenizar as desigualdades no mercado capitalista minimizam a importância dessas alternativas para traçar um modelo de economia mais justo. Desse modo, a inserção da mulher em atividades econômicas pautadas na economia popular e solidária pode ser uma alternativa para superar as desigualdades socioeconômicas de gênero o Território do Sisal.

O Território do Sisal possui um histórico importante de atuação dos movimentos sociais e sabe-se que é manifesta a “força” da participação da mulher em entidades, grupos de produção, associações e cooperativas em prol de superar ou, ao menos, minimizar algumas das desigualdades como é o caso das condições de trabalho e remuneração. Diante dessa conjuntura socioeconômica, invisibilidade e demandas de legitimação da participação política da mulher no território se faz latente a necessidade de incentivo às ações que superam ou amenizam esse contexto.

Para estas mulheres a economia popular e solidária se apresenta como uma alternativa importante para aquisição de renda, que lhes permite autonomia, inserção sociopolítica e a possibilidade de desenhar novas relações de trabalho no território,

pautadas em solidariedade e cooperativismo. O objetivo desse trabalho é fazer uma revisão da literatura que trata da economia popular e solidária como oportunidade de trabalho e renda para mulheres, a partir da inserção socioeconômica no Território do Sisal/BA.

Introduzir o debate de gênero na temática de Economia Popular e Solidária é fundamental, já que esta visa à totalidade do indivíduo e das relações por meio da cooperação e da solidariedade. O recorte no território do Sisal se dá, pois nesse território existe uma dinâmica relevante desse tipo de empreendimentos tocados por mulheres, além de possuir demandas em relação à oferta de trabalho e acesso à renda para esse público.

O texto é uma revisão de literatura, que aborda os principais acontecimentos que marcam a trajetória da economia popular e solidária no Brasil e a inserção da mulher nesse contexto. Busca-se também compreender os meios pelos quais esse modelo econômico pode suprir as demandas das mulheres em relação à geração de trabalho e renda e algumas das suas reivindicações por equidade de gênero no território abordado.

Para atender à proposta do estudo foi realizada uma revisão bibliográfica em livros, teses, dissertações, monografias, textos e análise de documentos pertinentes à participação das mulheres no contexto da economia popular e solidária no Brasil e no Território do Sisal. Alguns *sites* institucionais como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Política para Mulheres, do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do MOC. A proposta desse artigo é apresentar um estudo nos moldes de pesquisa bibliográfica que demonstre o processo de inserção das mulheres no contexto da economia popular e solidária.

A partir dessa introdução, essas questões serão analisadas a partir dos seguintes tópicos: uma seção inicial sobre a contextualização e conceituação da economia popular e solidária no Brasil; posteriormente realizar-se-á uma abordagem sobre economia popular e solidária como possibilidade de desenvolvimento socioeconômico para mulheres; a seção seguinte contempla a participação da mulher no contexto da luta pelo direito ao trabalho e renda no território do sisal; para finalizar algumas considerações sobre a importância da participação da mulher na economia popular e solidária.

## **2 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO BRASIL**

No mercado de produção e consumo capitalista, a economia popular e solidária visa, por meio da organização social, superar a separação entre o capital e o trabalho, garantir aos/as trabalhadores/as o acesso aos meios de produção, controle do processo produtivo e acesso e usufruto ao resultado do mesmo. Em sentido mais amplo, a economia popular e solidária prioriza o interesse coletivo, a partir do agrupamento do conjunto de iniciativas econômicas privadas (independentes em relação ao Estado), colocando o lucro em segundo plano, como enfatiza Paul Singer (2001):

A prática da solidariedade consiste precisamente nisso: na generosidade que não enseja que o grau de sacrifício de cada indivíduo seja medido para futuras compensações; no desprendimento que faz com que cada trabalhador abra mão de lazer ou de dinheiro não só para o bem comum, mas também para cobrir deficiências de companheiros. E assim por diante (SINGER, 2001, p.107).

Partindo do princípio de que economia corresponde à análise da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, temos um objetivo comum entre a economia capitalista e a economia solidária, contudo, o grande diferencial delas reside em seus princípios. Conforme explica Singer (2001), enquanto o capitalismo parte da competição visando o lucro, a economia popular e solidária se sustenta da cooperação e solidariedade. Os dois pontos de sustentação do sistema capitalista são: solidariedade e competitividade. Porém, para os que não possuem meios para entrar na competitividade do capitalismo, como é o caso de muitas mulheres no semiárido baiano, a economia popular e solidária surge “como reação para corrigir as carências que o sistema dominante se nega a atender”. (SINGER, 2001, p. 105).

A economia popular e solidária tem se constituído em objeto de análise de muitos pesquisadores dentro e fora do Brasil, levando em consideração que nos últimos 30 anos houve uma efervescência social do tema como expressão da ação pública de diferentes segmentos sociais. Entender a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário pressupõe concebê-la com instrumentos e ferramentas instituídos como direitos perenes dos trabalhadores e trabalhadoras e dever de um Estado republicano e democrático. Nessa perspectiva, para a economia solidária compor a agenda pública significa que há o reconhecimento de novos sujeitos sociais e novos direitos de cidadania, o reconhecimento de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, propiciando acesso aos bens e recursos públicos. (PRAXEDES, 2009).

Diante dessa perspectiva, a participação das mulheres no ensejo da economia popular solidária proporciona a conquista da autonomia pessoal e conseqüentemente, respeito por si mesmas a partir da definição e engajamento em um novo projeto de vida,

direcionado a partir da inserção social a um aprendizado coletivo por meio das relações de cooperação e solidariedade, que possibilita às mulheres a busca e o alcance de direitos, antes sequer almejados. Organizações solidárias são também espaços de diálogo, decisão, elaboração e prática de projetos adequados aos seus contextos e experiências, mesmo que não sejam capazes de superar todas as demandas das mulheres, têm permitido superar algumas delas (GUÉRIN, 2005). Esse contexto se aplica as mulheres do semiárido baiano que têm sido protagonistas de desenvolvimento local a partir de organizações que priorizam a economia popular e solidária, como os exemplos do MMTR e a Rede de Produtoras da Bahia, que culminou na COOPEREDE.

No Brasil já existe um conjunto de dados sobre economia popular e solidária, esses dados passaram a ser sistematizados a partir de 2003, quando foi instituído pelo Ministério do Trabalho a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O órgão tem a finalidade de realizar um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre Economia Solidária. Esse sistema se constituiu no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Um dos objetivos do SIES é subsidiar os processo de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico para a Economia Solidária. Ele é composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

Ainda existem certas limitações para o desenvolvimento da economia popular e solidária no Brasil, mais a junção de estudiosos da área e dos praticantes desse tipo de economia em fóruns, seminários e feiras, além da disposição dos trabalhadores determinados a gerar emprego e renda a partir desse sistema, tem permitido a manutenção e em alguns casos até o crescimento de empreendimentos com essas características. Os principais beneficiários nesse sistema são aqueles que vivem à margem do sistema capitalista tradicional, especialmente, negros e mulheres, vítimas constantes de discriminação. Para esses, a economia solidária tem representado resgate de cidadania, já que o ingresso na cooperativa lhes permite experienciar um sistema que visa à igualdade de direitos.

### **3 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO PARA MULHERES.**

A lógica principal do capitalismo que é gerar lucro é alimentada pelo motor da desigualdade, que gera sociedades injustas e excludentes. Esse modelo de sociedade sustentada pela exploração da força de trabalho gerou novas morfologias de trabalho que propiciasse maior acumulação de capital, a partir da obtenção de matéria prima mais barata e ampliação das formas de produção e trabalho, introduzindo a fragmentação e terceirização deste.

Essa nova configuração do trabalho é marcada por transversalidades e a de gênero é uma delas. A transversalidade de gênero tem um caráter nitidamente estruturante, pois permeia todo esse processo, já que são atribuídos papéis diferenciados para homens e mulheres no mundo do trabalho em transformação, reforçando assim a permanência da divisão sexual do trabalho. (VILASBOAS, 2011). A divisão sexual do trabalho nada mais é do que a manutenção das práticas que relegam às mulheres funções e espaços secundários, invisibilizados pelo sistema tradicional.

A partir dos anos 1970, emerge uma demanda por estudos sobre a divisão sexual do trabalho que se desenvolvem juntamente com o movimento feminista. Segundo essa teoria o homem tem destinação prioritária na esfera produtiva, funções exercidas no âmbito público e que tem grande reconhecimento social; às mulheres são concedidas à esfera reprodutiva, funções exercidas no campo privado e com associação direta com as atividades domésticas, como o cuidado com as crianças, com os adultos dependentes e a gestão da esfera familiar, que apesar de fundamentais para o próprio capitalismo não possuem reconhecimento social. Assim, quando essa alcança uma inserção no mercado de trabalho, é necessário para ela conciliar a vida familiar e profissional (HIRATA; KERGOAT, 2007).

O Brasil possui características marcantes de desigualdade, condições de trabalho precárias e disparidades salariais se distribuem por todo o território do nacional. Para as mulheres essas diferenças são ainda maiores. Segundo dados do IBGE (2015), entre os meses de abril a junho de 2015, a diferença média salarial entre homens e mulheres é de aproximadamente 30%. Na região nordeste e no estado da Bahia as mulheres também ganham menos do que os homens, a diferença percentual diminui, mas a desigualdade permanece especialmente na zona rural, comparando com a região sudeste, as mulheres daqueles estados ganham cerca de 30% a mais do que a dos estados do nordeste.

Perante essa realidade de desigualdade e vulnerabilidade, alguns estudiosos sobre a temática indicam que os princípios da economia popular e solidária, seriam capazes não só de prover economicamente seus cooperados, mais também de provocar

uma transformação social substancial fazendo emergir relações mais igualitárias. Compreendida dessa forma, a economia popular e solidária se mostra um caminho que possibilita melhorias para a condição de vida das mulheres, bem como proporcionar um engajamento com pretensões políticas que tenha por objetivo lutar pela superação das desigualdades sociais e transformá-las em direito reais (GUÉRIN, 2005).

Entre os trabalhadores da economia popular e solidária grande parte são mulheres, que encontram nas experiências alternativas de geração de renda “uma possibilidade de acesso à propriedade dos meios de produção mediante a propriedade coletiva, e à remuneração, principalmente a oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, na gestão democrática” (NOBRE, 2003, p. 208).

A economia popular e solidária incorpora em sua proposta vários elementos da luta feminista e das mulheres, especialmente no tocante ao combate à discriminação de gênero e a luta por democracia e equidade. Outra característica que viabiliza a participação feminina é o tipo de empreendimento, que possuem força em atividades voltadas para o artesanato, a confecção e a produção de alimentos, atividades que são predominantemente realizadas por mulheres. Diante dessa abertura para um mercado de trabalho mais igualitário e com uma perspectiva econômica mais justa, a economia popular e solidária é uma possibilidade viável de inserção da mulher no mercado de trabalho em condições que lhe assegurem desenvolvimento por meio da aquisição de renda, autonomia e inserção social.

#### **4 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO CONTEXTO DO DIREITO AO TRABALHO E RENDA NO TERRITÓRIO DO SISAL.**

No Brasil, o quesito desigualdade não é uma especificidade da temática de gênero, a desigualdade social e econômica é perceptível em várias escalas, inclusive nos múltiplos recortes territoriais do país. No estado da Bahia essa situação não é diferente e na busca de superar essa lacuna, o estado adotou a aplicação de estratégias com enfoque territorial, priorizando a geração de políticas públicas com atenção especial para o desenvolvimento rural. O critério adotado pelo Estado foi o da divisão em territórios de Identidade<sup>3</sup>, a partir da conceituação de “território” do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), posteriormente adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) em 2007, que insere 417 municípios do estado, atualmente e 27

---

<sup>3</sup> O Programa Territórios de Identidade foi instituído pelo Decreto 12.354, de 25 de agosto de 2010, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social dos Municípios do Estado da Bahia.- <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>. Acesso em 16/03/2016.



territórios. “A proposta era fortalecer a cooperação entre o poder público e a sociedade civil, para planejar e implantar ações de melhoria das condições de vida das populações” (SILVA, 2013, p. 571).

O surgimento do Território de Identidade do Sisal se deu historicamente a partir da década de 1970, por meio da organização de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligados a Igreja Católica, em pleno período da Ditadura Militar no Brasil. A partir das CEBs surgiram várias organizações sociais que deram suporte aos processos de organização da sociedade civil em busca de promover espaços, a fim de alcançar seus interesses (OLIVEIRA; DIAS, 2015). Dentre as entidades formadas a partir da organização da sociedade civil destaca-se o Movimento de Organização Comunitária (MOC) criado na cidade de Feira de Santana (BA) e atuante nos Territórios de Identidade do semiárido baiano: do Sisal, Portal do Sertão e Bacia do Jacuípe.

O MOC trabalhou para a organização de alguns outros movimentos surgidos no período. No Território do Sisal os de maior notoriedade foram o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a Associação dos Pequenos Produtores do Estado da Bahia (APAEB), a Fundação de Apoio aos Trabalhadores da Região do Sisal (FATRES), dentre outras. A partir de então ocorreram diversas dinâmicas territoriais com a participação da sociedade civil que culminou na legitimação por parte do Estado dos territórios, como o Território de Identidade do Sisal (MOC, 2015).

A ação dos movimentos sociais é fundamental para a consolidação de políticas de caráter democrático para ampliação dos direitos dos cidadãos. Para a efetivação de uma política pública de caráter popular é necessário à articulação de atores de vários campos institucionais e da soma de forças dos movimentos sociais, do poder Executivo, do poder Legislativo, sendo que os primeiros têm uma função essencial, que é o de pressionar os diversos segmentos e dar legitimidade às demandas. Esse é o caso do Território do Sisal, cuja atuação dos movimentos sociais foi fundamental para as transformações socioeconômicas ocorridas nos municípios abrangidos.

A população feminina possui demandas específicas e para atendê-las a participação política de mulheres é fundamental. Essa inserção política, ainda incipiente em várias instâncias tem revelado ganhos significativos para a condição feminina dentro de uma realidade social mais imediata e concreta. As pautas de reivindicação e mobilização, muitas vezes, estão vinculadas à comunidade ao seu entorno, especialmente no caso de áreas rurais tornando-se uma espécie de prolongamento do lar, onde as atividades ali realizadas e as lutas travadas se refletem nas condições de vida do seu cotidiano, mas sem perder de vista a melhoria e o bem-estar das famílias. O acesso

às oportunidades de geração de trabalho e renda no campo é uma das principais reivindicações e uma das características mais marcantes das relações desiguais entre homens e mulheres, mantidas pelo baixo número e ineficácia de ações afirmativas de inclusão dessas em atividades econômicas na formulação e execução das políticas públicas.

Segundo Butto (2009), esse contexto abre espaço e torna-se fundamental falar de divisão sexual do trabalho, para ampliar o conceito estabelecido na sociedade capitalista, questionar o porquê da exclusiva responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidado, em função da sua vinculação com a maternidade e desenhar novos espaços. Essa abordagem se insere em uma visão de que os homens e mulheres estão engajados em uma relação social específica, com base material, e disso decorrem práticas sociais distintas, além de uma relação hierárquica e desigual entre homens e mulheres, que atravessa todo o tecido social.

A partir dos anos 2000, as organizações de mulheres do território foram ampliadas, hoje existem além dos MMTRs (Araci, Retirolândia, Santa Luz, Serrinha e Teofilândia), os Coletivos de Mulheres dos Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais, a Rede de Produtoras da Bahia e as dezenas de Empreendimentos Econômicos Solidários formados por Mulheres (Araci, Conceição do Coité, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santa Luz, Serrinha e Valente), de forma articulada essas organizações passaram a ter maior representatividade no cenário político baiano e nacional, ocupando espaços como os Conselhos Municipais, Territoriais, Estadual e Nacional (FIRMO, 2010). A história de mobilização social do Território de Identidade do Sisal nas últimas décadas é vasta, composta por várias organizações, cooperativas e empreendimentos solidários e a participação das mulheres é marcante na maioria delas.

No Território do Sisal as mulheres adotaram a estratégia de constituição de empreendimentos econômicos solidários, como uma alternativa para complementar os poucos recursos financeiros, destinados a elas provenientes das atividades desenvolvidas na zona rural. Esses empreendimentos têm se desenvolvido a partir de 2002 e atuam em vários campos: produção artesanal em pequena escala, a segurança e soberania alimentar de suas famílias, venda local de produtos gerados a partir de práticas de convivência com o semiárido. Essas ações são eficientes e transformadoras, porém ainda são incipientes diante das características sociais arraigadas no território, que reforçam o papel reprodutivo e doméstico da mulher e não remunera o trabalho realizado por esta na propriedade familiar.

Segundo Firmo (2010) Os espaços da economia solidária vêm servindo para as mulheres também como espaços para debater questões mais amplas relacionadas às relações sociais de gênero e à situação de pobreza da população rural, especialmente à das mulheres. Com a evolução das iniciativas, optou-se pela constituição da Rede de Produtoras da Bahia, por intermédio da qual as mulheres se articulam a outros fóruns da sociedade civil, influenciam os debates sobre políticas públicas com o objetivo de assegurar melhorias em suas condições de vida.

A Rede de Produtoras da Bahia, atualmente, conta com de 47 empreendimentos econômicos solidários compostos exclusivamente por mulheres, envolvendo cerca de 500 mulheres, grande parte delas moradoras da zona rural. Elas atuam nas áreas urbanas e rurais de 17 municípios do interior do estado. No Território do Sisal estão presentes em: Araci, Conceição do Coité, Monte Santo, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. E para corroborar a presença da mulher nos espaços de representação política e na comercialização da produção foi constituída, em 2007, a Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE), que visa contribuir no empoderamento político, social e econômico das mulheres, pois, as experiências mostraram que a geração de renda merece uma atenção especial, já que a partir dela as mulheres conseguem adquirir independência financeira e maior autonomia nas suas decisões como coforme Firmo (2010) que complementa:

A COOPEREDE tem a missão de articular e fortalecer a cooperação dos empreendimentos econômicos solidários formados por mulheres, através da organização e da comercialização, visando consolidar a participação da mulher na construção do desenvolvimento solidário (FIRMO 2010, p. 29).

Para as produtoras a possibilidade de se articular em Associações comunitárias, de produzir e comercializar a produção em feiras e eventos voltados para a agricultura familiar e economia popular e solidária é algo transformador em suas vidas, pois lhes permite inclusão social e autonomia financeira, já que os ganhos com a produção garantem a melhoria da renda e consumo de toda a família<sup>4</sup>.

A mulher do semiárido é caracterizada pela sua força e resistência como as fibras do sertão com as quais tecem o artesanato, que lhes permite o direito a um espaço na sociedade, a renda digna e a continuidade de um projeto pautado na solidariedade, a

---

<sup>4</sup> Informação obtida em conversa com produtoras durante a “II Feira Produtiva de Economia Solidária” que aconteceu em Feira de Santana, no período de 16 a 18 de dezembro de 2015. A iniciativa é promovida pelo projeto Feira Produtiva, da Secretaria de Desenvolvimento Social em parceria com o MOC – Movimento de Organização Comunitária. Participaram da feira: empreendedores solidários urbanos e rurais de várias Associações Comunitárias, nos segmentos de artesanatos e alimentação.

partir dos seus próprios saberes e fazeres. Os desafios para o desenvolvimento de empreendimentos de economia popular e solidária que garantam o desenvolvimento social e econômico das mulheres no semiárido baiano ainda são muitos.

Para superar essa realidade deve haver um constante incentivo a práticas econômicas solidárias enraizadas na tradição cultural local, já que estas têm sido o diferencial, constituindo-se em alternativa que viabiliza a dinamização do acesso a trabalho e renda das famílias, junto a isso deve estar aliado o acesso à documentação, às políticas públicas de comercialização, a segurança alimentar e a comercialização para que a economia popular e solidária se consolide como meio de desenvolvimento local e territorial para mulheres e homens.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A economia popular e solidária se desenvolveu mediante a um contexto de transformações na forma de produção e trabalho capitalista a partir da possibilidade de geração e desenvolvimento de um tipo de economia pautada na coletivização dos meios de produção e de inserção justa da força de trabalho o que inclui nesse contexto a inserção das mulheres, marginalizadas pelo mercado de trabalho capitalista. Como a economia popular e solidária pauta-se em princípios como justiça social, solidariedade e equidade depara-se com o desafio de incorporar o olhar de gênero com, visando ao menos, minimizar o histórico processo de subalternidade, discriminação, invisibilidade e silenciamento das mulheres nos processos decisórios, nos debates acerca de processos da vida pública como economia, política, cultura e mercado.

Visando superar as desigualdades salariais e as condições de desemprego pautadas nas relações de gênero, a economia popular e solidária é uma alternativa econômica, de inclusão social e oferta de trabalho para essas mulheres trabalhadoras, fortalecendo o dinamismo e o potencial produtivo na economia, superando estigmas incrustados na sociedade. Esse é o objetivo das ações desenvolvidas no território, por meio das ações da RPB, da COOPERREDE e do MMTR, subsidiadas pelo MOC. As ações voltadas para economia solidária vêm sendo adotadas como um caminho de empoderamento político, social e econômico das mulheres.

Diante das características socioeconômicas do Território do Sisal/BA é necessário o desenvolvimento da economia popular e solidária, já que esta que tem se mostrado uma possibilidade importante de geração de renda e trabalho, sobretudo para as mulheres das regiões com baixo dinamismo social e econômico. Ademais esses

empreendimentos tem se consolidado em espaços importantes de discussão e reivindicação e a inserção política e social das mulheres têm representado importantes transformações, dentre as quais a promoção de novos arranjos nas relações familiares, sobretudo com os cônjuges, já que estas passam a participar reconhecidamente de maneira ativa na renda familiar.

Por estarem pautados em princípios de autogestão, democracia e igualdade os empreendimentos de economia popular e solidária, ainda deixam muito a desejar em relação à inserção da mulher com condições que superem a divisão sexual do trabalho. Embora alguns passos importantes já tenham sido dados. A implementação de políticas públicas em economia popular e solidária com enfoque de gênero é indispensável, visto que existe uma presença expressiva de mulheres nesses empreendimentos, o que se aplica ao território do sisal.

O tema possui um vasto campo de discussão, no entanto, boa parte não foi abrangida nesse trabalho em decorrência das possibilidades da pesquisa. Para o leitor fica a sugestão de buscar outras referências que adotam a temática, para que conheça outros panoramas que facilitem ainda mais a compreensão e possibilite maior abrangência ao assunto.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Documentos Institucionais02 – Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília: 2005d, 28 p.

BUTTO, Andrea. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

FIRMO, Célia Santos. Artigo: **Fundos Solidários: alternativa para a construção de autonomia e empoderamento das mulheres rurais**. Revista Agriculturas - v.5 - n.4 - dezembro 2008.

FIRMO, Célia S. **Desenvolvimento Territorial Sustentável e Gênero: O caso do Território Sisaleiro da Bahia**. Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a Economia Solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GUIMARÃES, Iracema B. **Gênero e Trabalho: desafios da intervenção nas atividades informais**. In: ALVES (*et all.*). (Orgs.). *Travessias de Gênero na perspectiva feminista*. – Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. 330p. – (Coleção Bahianas, 12).

HIRATA, H. KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v.37, n. 132, set/dez. 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>> Acesso 14 jun. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Base SIDRA 2015**. Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=5429&z=p&o=26&i=P>>. Acesso 20 nov. 2015.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. GONÇALVES, Alicia Ferreira. MACDONALD, José Brendan. (et. all.). **Regime Jurídico das Cooperativas Populares e Empreendimentos em Economia Solidária**. Série Pensando o Direito, vol. 46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

LIMA, José Raimundo O. **A economia popular e solidária como possibilidade de política pública capaz de contribuir para o desenvolvimento local sustentável**. Salvador: PPGEduc/UNEB, 2010.

MACEDO FILHO, R.; REGINO, F.A. **O empoderamento das mulheres do sertão: uma experiência de associativismo e desenvolvimento rural**. 10p., 2006.

MOC, Movimento de Organização Comunitária. **MOC: rumo aos 50 anos “Compartilhando Experiências, Construindo Aprendizagens”**. Publicação comemorativa, 2015.

MOC, Movimento de Organização Comunitária. **Relatórios anuais. 2008**. Disponível em:<<http://www.moc.org.br/publicacoes/bocapiu>>. Acesso 18 nov. 2015.

NOBRE, Miriam. Mulheres na Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, veraz, 2003, p.205-211.

OLIVEIRA, Adriana L. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de Economia Solidária**. 2004. 121 f.: il. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Programa de Pós-Graduação em Santa Catarina.

OLIVEIRA, Ildes. F. de; DIAS, Acácia. B. **Territórios de Identidade: principais dilemas do processo de gestão – O caso do Território do Sisal**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate (ISSN e 2237-9029) v. 5, n. 2, p. 127-147, jul./dez. 2015.

POCHMANN, Márcio. **Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites**. In: IPEA, Mercado de Trabalho. Nova Técnica. 2004. P. 23-34.

PRÁ. Jussara Reis. Políticas para Mulheres transversalizar é preciso. In: ALVES et al. (Orgs.). **Travessias de Gênero na perspectiva feminista**. – Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. 330P. – (Coleção Bahianas, 12).

PRAXEDES, S. F. **Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias**. Boletim mercado de trabalho. Brasília: Ipea, n. 39, p. 57-62, 2009. Disponível em:<[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08\\_ES3Sandra.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ES3Sandra.pdf)>. Acesso em: jan. 2016.

SANTOS, Edinúcia. M. S.; SILVA, Onildo. A. COELHO NETO, Agripino. S.; **Gente ajudando gente: o tecido associativista do Território do Sisal**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Desenvolvimento Territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia**/Filipe Prado Macedo da Silva. - 2012.251 f.: il. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. 2001. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>>. Acesso 18 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VILASBOAS, J. P.O. **O trabalho associativo em economia solidária na ótica de gênero**. In: NUNES, J. H.; FREITAS, R. A. (orgs.). – Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. 258p.